



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Defesa Agropecuária  
Departamento de Saúde Animal

### NOTA TÉCNICA DSA Nº 112

**Assunto:** Vacinação contra febre aftosa na fronteira internacional do Mato Grosso do Sul.

**Data:** 28 de setembro de 2011

O Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa no Brasil tem utilizado com sucesso a vacinação obrigatória de bovinos e bubalinos no processo de erradicação e prevenção da doença no País. Com exceção do Estado de Santa Catarina, reconhecido internacionalmente como livre de febre aftosa sem vacinação, nas demais unidades da federação, é utilizada a vacinação sistemática dessas espécies, objetivando manter um adequado nível de imunidade populacional, que contribui no processo de erradicação e prevenção da doença.

Para o Estado do Mato Grosso do Sul, no calendário nacional, estão previstas três estratégias de vacinação, conforme a seguir:

- a) zona de fronteira (antiga ZAV) – vacinação de todo rebanho em maio e novembro;
- b) pantanal – proprietários podem optar em vacinar todo rebanho em maio ou novembro;
- c) Demais áreas do Estado – vacinação de animais até 24 meses de idade em maio e todo rebanho em novembro.

Esse estado tem apresentado índices de vacinação contra febre aftosa superiores a 95% em suas etapas nos últimos anos. Além disso, estudos sorológicos realizados no Estado para avaliar a eficiência da vacinação têm confirmado a alta cobertura imunitária do rebanho, que é reflexo de uma vacinação bem sucedida.

Especificamente na região de fronteira internacional, entre 2008 e 2010, a vacinação foi realizada pelo serviço veterinário oficial. Na última etapa, realizada em maio deste ano, o Estado alcançou 98,36% de cobertura vacinal naquela área, índice suficiente para conter a circulação do vírus, em caso de sua reintrodução na população susceptível.

Após a notificação do foco de febre aftosa no Paraguai, foram tomadas as seguintes providências:

- a) proibição da importação de animais susceptíveis e produtos que representem risco para introdução do vírus da febre aftosa no território brasileiro, provenientes do Paraguai;
- b) intensificação da fiscalização de trânsito de animais, produtos e sub-produtos na fronteira;



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
Secretaria de Defesa Agropecuária  
Departamento de Saúde Animal

- c) aumento da vigilância em propriedades, priorizando aquelas identificadas como de maior risco para introdução da doença;
- d) análise e investigação epidemiológica da movimentação animal recente, envolvendo a área de fronteira, visando identificar eventuais vulnerabilidades para direcionamento da vigilância.

Dessa forma, entendemos que, considerando o exposto e a manifestação da Agência Estadual de Defesa Animal e Vegetal do Estado do Mato Grosso do Sul - IAGRO, no momento, não há razões epidemiológicas que justifiquem a alteração do calendário oficial de vacinação contra febre aftosa naquele estado, ficando a critério da IAGRO avaliar e identificar a necessidade, em situações específicas, de proceder a vacinação imediata mediante acompanhamento oficial.

  
Med. Vet. Guilherme H. F. Marques  
Fiscal Federal Agropecuário  
Diretor do DSA